

NE300
Participações S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

| | |
|---|-----------|
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 3 |
| Balanço patrimonial | 6 |
| Demonstração do resultado | 7 |
| Demonstração do resultado abrangente | 8 |
| Demonstração das mutações do patrimônio líquido | 9 |
| Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto | 10 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 11 |



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Engº Domingos Ferreira, 2.589 - Sala 104
51020-031 - Boa Viagem - Recife/PE - Brasil
Telefone +55 (81) 3414-7950
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
NE300 Participações S.A.
Recife – PE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do NE300 Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do NE300 Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção à nota explicativa n.º 6.11 às demonstrações financeiras que menciona que a Companhia optou por alterar sua política contábil de mensuração das propriedades para investimento, anteriormente registradas pelo custo amortizado, passando a avaliá-las pelo valor justo e efetuou ajustes retrospectivos nas informações comparativas das demonstrações financeiras. Consequentemente, a informação comparativa apresentada referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 1º de janeiro de 2024, estão sendo reapresentadas, como previsto no CPC 23 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e no CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 31 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC PE-000904/F-7


Diego Feliciano Irineu
Contador CRC 1SP223212/O-2

NE300 Participações S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

| Ativo | Nota | 2025 | 2024 | Passivo | Nota | 2025 | 2024 |
|--|--------|---------------|---------------|--|--------|---------------|---------------|
| | | | Reapresentado | | | | Reapresentado |
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 7 | 3.979 | 906 | Contas a pagar a empresa ligada | 14 (c) | 10 | 35 |
| Dividendos a receber | 14 (b) | 667 | 288 | Tributos a pagar | | 9 | 7 |
| Tributos a recuperar | 6.5 | 69 | 254 | Dividendos propostos | 11 (c) | 823 | - |
| Total do ativo circulante | | 4.715 | 1.448 | Total do passivo circulante | | 842 | 42 |
| Não circulante | | | | Não circulante | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | Dividendos propostos | 11 (c) | 1.644 | - |
| Dividendos a receber | 14 (b) | 573 | - | Tributos a pagar | 10 | 165 | 158 |
| Depósitos judiciais | 8 | 734 | 806 | Total do passivo não circulante | | 1.809 | 158 |
| Total do realizável a longo prazo | | 1.307 | 806 | Patrimônio líquido | 11 | | |
| Investimentos | 9 | 63.482 | 55.584 | Capital social | | 66.723 | 37.272 |
| Total do ativo não circulante | | 64.789 | 56.390 | Reserva de lucros | | 130 | 20.366 |
| Total do ativo | | 69.504 | 57.838 | Total do patrimônio líquido | | 66.853 | 57.638 |
| | | | | Total do passivo e patrimônio líquido | | 69.504 | 57.838 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NE300 Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

| | Nota | 2025 | 2024 Reapresentado |
|--|------|----------------------|-----------------------|
| Resultado da equivalência patrimonial | 9.2 | <u>11.393</u> | <u>3.518</u> |
| | | 11.393 | 3.518 |
| Despesas gerais e administrativas | 12 | (578) | (795) |
| Outras receitas | | <u>-</u> | <u>175</u> |
| Lucro operacional | | 10.815 | 2.898 |
| Receitas financeiras | 6.1 | 1.022 | 100 |
| Despesas financeiras | | <u>(56)</u> | <u>(12)</u> |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | | 11.781 | 2.986 |
| Contribuição social | 13 | (32) | - |
| Imposto de renda | 13 | <u>(67)</u> | <u>-</u> |
| Lucro líquido do exercício | | <u>11.682</u> | <u>2.986</u> |
| Ações em circulação no final do exercício (em milhares) | | <u>66.723</u> | <u>37.272</u> |
| Lucro líquido por lote de mil ações do capital social no fim do exercício – R\$ | | <u>175,08</u> | <u>80,11</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NE300 Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

| | 2025 | 2024 Reapresentado |
|---|----------------------|-------------------------------------|
| Lucro líquido do exercício | <u>11.682</u> | <u>2.986</u> |
| Outros componentes do resultado abrangente | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Total do resultado abrangente do exercício | <u><u>11.682</u></u> | <u><u>2.986</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NE300 Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

| | Nota | <u>Reserva de lucros</u> | | | <u>Total</u> |
|---|--------|--------------------------|--------------|--------------------------|---------------|
| | | <u>Capital social</u> | <u>Legal</u> | <u>Lucros acumulados</u> | |
| Saldos em 1º de janeiro de 2024 (Reapresentado) | | 37.272 | - | 17.380 | 54.652 |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | 2.986 | 2.986 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado) | | 37.272 | - | 20.366 | 57.638 |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | 11.682 | 11.682 |
| Constituição de reserva legal | 11 (b) | - | 1.603 | (1.603) | - |
| Aumento de capital com reservas de lucros | 11 (a) | 29.451 | (1.473) | (27.978) | - |
| Dividendos propostos | 11 (c) | - | - | (2.467) | (2.467) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | | 66.723 | 130 | - | 66.853 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NE300 Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

| | Nota | 2025 | 2024 |
|--|------|---------------|---------------|
| | | | Reapresentado |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | | 11.781 | 2.986 |
| <i>Ajustes:</i> | | | |
| Resultado da equivalência patrimonial | 9.2 | (11.393) | (3.518) |
| Juros sobre tributos a recuperar e depósitos judiciais | | (41) | (47) |
| Variações nos ativos e passivos | | | |
| Tributos a recuperar | | 195 | 69 |
| Depósitos judiciais | | 110 | (1) |
| Contas a pagar a empresa ligada | | (25) | (21) |
| Tributos a pagar | | 2 | 1 |
| Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais | | 629 | (531) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | (99) | - |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais | | 530 | (531) |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | | | |
| Integralização de capital em coligadas | 9.2 | (1.988) | (2.669) |
| Recebimento por redução de capital de coligadas | | - | 1.601 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos | | 4.531 | 2.353 |
| Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento | | 2.543 | 1.285 |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | | 3.073 | 754 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | 906 | 152 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | | 3.979 | 906 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A NE300 Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída e sediada no Recife-PE, e tem como objeto social a participação societária em outras sociedades e empreendimentos empresariais, assim como o investimento, a administração e a locação de bens móveis e imóveis.

No exercício de 2025, as coligadas JCPM Trade Center S.A. e Salvador Shopping S.A. alteraram sua política contábil de mensuração de propriedades para investimento, passando a avaliá-la pelo valor justo. Essa alteração foi adotada com o objetivo de proporcionar maior transparência e comparabilidade e melhor refletir a situação patrimonial e financeira dessas empresas e conseqüentemente da sua acionista NE300 Participações S.A. (Nota 6.11).

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Companhia em 31 de março de 2026.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são preparadas e apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração pode utilizar julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos, estimativas e premissas

Não há julgamentos críticos, estimativas e premissas relevantes referentes às políticas e/ou transações contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

6 Resumo das principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

6.1 Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

As receitas financeiras referem-se substancialmente a rendimentos de aplicações financeiras, juros e atualizações sobre tributos a recuperar e depósitos judiciais.

6.2 Despesas gerais e administrativas

As despesas administrativas gerais referem-se principalmente a gastos compartilhados relativos à parcela do uso da infraestrutura administrativa mantida pelo Grupo JCPM (Nota 14), além de outras despesas necessárias para a condução das atividades da Companhia e estão registradas pelo regime de competência.

6.3 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente, quando aplicável, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

6.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

6.5 Tributos a recuperar

São mensurados pelo custo, atualizados monetariamente pela taxa SELIC, conforme previsto na legislação vigente, e não excedem ao valor esperado de realização. Referem-se a tributos recolhidos durante o exercício, os quais serão motivo de ressarcimento ou compensação com outros tributos federais devidos pela Companhia.

6.6 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo ou do valor questionado judicialmente. Nessas situações, não havendo a possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão, esses depósitos são apresentados ao custo no ativo não circulante e atualizados monetariamente.

6.7 Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% com os direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência

patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

6.8 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros como “ativos financeiros mensurados ao custo amortizado”, os quais são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, representados unicamente por principal e juros, não cotados em um mercado ativo, e estão apresentados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). As receitas com juros provenientes destes ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Esses ativos compreendem as aplicações financeiras, dividendos a receber e depósitos judiciais.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão avaliados ao custo amortizado não existindo avaliação sobre hierarquia de valor de justo e sem diferenças entre valor justo e valor contábil.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado não existindo avaliação sobre hierarquia de valor justo e sem diferenças entre valor justo e valor contábil. Esses passivos compreendem contas a pagar a empresa ligada e dividendos propostos.

6.9 Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não identificou quaisquer indícios de “impairment” com relação aos seus ativos não financeiros.

6.10 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou, de forma antecipada, a seguinte norma contábil na preparação destas demonstrações financeiras:

- **IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis** - substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

6.11 Mudança de política contábil

As modificações registradas referentes ao balanço de abertura em 1º de janeiro de 2024 e demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, originalmente apresentados nas demonstrações contábeis daqueles exercícios, estão sendo reapresentadas em conformidade com o CPC 23 “Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro”, conforme demonstrado a seguir:

Reapresentação dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 1º de janeiro de 2024

| | Notas s | | | 1º de janeiro de 2024 | | |
|--|------------------------------|---------------|---------------|------------------------------|---------------|---------------|
| | Anteriormente apresentado | Ajuste | Reapresentado | Anteriormente apresentado | Ajuste | Reapresentado |
| Ativo | | | | | | |
| Total do ativo circulante | 1.448 | - | 1.448 | 690 | - | 690 |
| Não circulante | | | | | | |
| Realizável a longo prazo | 806 | - | 806 | 821 | - | 821 |
| Investimentos | 30.589 | 24.995 | 55.584 | 29.671 | 23.685 | 53.356 |
| Total do ativo não circulante | 31.395 | 24.995 | 56.390 | 30.492 | 23.685 | 54.177 |
| Total do ativo | 32.843 | 24.995 | 57.838 | 31.182 | 23.685 | 54.867 |
| Passivo e patrimônio líquido | | | | | | |
| Total do passivo circulante | 42 | - | 42 | 62 | - | 62 |
| Total do passivo não circulante | 158 | - | 158 | 153 | - | 153 |
| Patrimônio líquido | 32.643 | 24.995 | 57.638 | 30.967 | 23.685 | 54.652 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 32.843 | 24.995 | 57.838 | 31.182 | 23.685 | 54.867 |

Reapresentação da demonstração do resultado e resultado abrangente em 31 de dezembro de 2024

| | 31 de dezembro de 2024 | | |
|---------------------------------------|------------------------------|--------------|---------------|
| | Anteriormente apresentado | Ajuste | Reapresentado |
| Resultado da equivalência patrimonial | 2.208 | 1.310 | 3.518 |
| Outros | (532) | - | (532) |
| Lucro líquido do exercício | 1.676 | 1.310 | 2.986 |
| Total do resultado abrangente | 1.676 | 1.310 | 2.986 |

7 Caixa e equivalentes de caixa

| | 2025 | 2024 Reapresentado |
|----------------------------|--------------|-----------------------|
| Bancos – conta corrente | 26 | 11 |
| Aplicações financeiras (a) | 3.953 | 895 |
| | 3.979 | 906 |

- (a) As aplicações em renda fixa referem-se a certificados de depósitos bancários e quotas em fundos de investimento, os quais possuem liquidez imediata e têm remuneração atrelada à variação dos certificados de depósito interfinanceiro - CDI.

8 Depósitos judiciais

Tendo em vista o questionamento quanto à legalidade e à constitucionalidade da cobrança de determinados tributos, e como consequência de questões trabalhistas, a Companhia ajuizou ações e efetuou depósitos em juízo dos valores questionados. Tais depósitos são correspondidos por tributos a pagar, no passivo não circulante (Nota 10).

| | 2025 | 2024 Reapresentado |
|---|------------|-----------------------|
| PIS e COFINS – alargamento da base de cálculo | 499 | 477 |
| Causas tributárias | 235 | 220 |
| Causas trabalhistas | - | 109 |
| | 734 | 806 |

9 Investimentos

9.1 Informações sobre investimento em coligadas

| | Participação % | | Lucro líquido (prejuízo) do exercício | | Patrimônio líquido | | Investimento | |
|--------------------------------------|----------------|-------|---------------------------------------|---------|--------------------|-----------|---------------|---------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Coligadas | | | | | | | | |
| Editora Jornal do Commercio Ltda. | 35,93 | 35,93 | (3.315) | (4.792) | 16.263 | 18.578 | 5.843 | 6.675 |
| TV e Rádio Jornal do Commercio Ltda. | 29,22 | 29,22 | 2.334 | 1.797 | 31.832 | 24.898 | 9.302 | 7.276 |
| Rádio JC FM Ltda. | 18,98 | 18,98 | (776) | (1.588) | 1.362 | 638 | 259 | 121 |
| JCPM Trade Center S.A. | 32,04 | 32,04 | 36.549 | 13.802 | 135.240 | 111.978 | 43.330 | 35.877 |
| Salvador Shopping S.A. | 0,28 | 0,28 | 122.336 | 215.253 | 1.716.375 | 2.037.275 | 4.748 | 5.635 |
| | | | | | | | 63.482 | 55.584 |

As participações mantidas em coligadas são representadas por ações ordinárias, no caso de sociedades por ações, e por quotas representativas do capital das sociedades por quotas de responsabilidade limitada.

9.2 Movimentação dos investimentos em coligadas

| Coligadas – 2025 | Saldo inicial | Aumento de capital | Redução de capital | Equivalência patrimonial | Dividendos e juros sobre capital próprio | Saldo final |
|--------------------------------------|---------------|--------------------|--------------------|--------------------------|--|---------------|
| Editora Jornal do Commercio Ltda. | 6.675 | 359 | - | (1.191) | - | 5.843 |
| TV e Rádio Jornal do Commercio Ltda. | 7.276 | 1.344 | - | 682 | - | 9.302 |
| Rádio JC FM Ltda. | 121 | 285 | - | (147) | - | 259 |
| JCPM Trade Center S.A. | 35.877 | - | - | 11.710 | (4.257) | 43.330 |
| Salvador Shopping S.A. | 5.635 | - | - | 339 | (1.226) | 4.748 |
| Total coligadas – 2025 | 55.584 | 1.988 | - | 11.393 | (5.483) | 63.482 |
| Total coligadas – 2024 | 53.356 | 2.669 | (1.553) | 3.518 | (2.406) | 55.584 |

10 Tributos a pagar - Passivo não circulante

Em 2025, o saldo no montante de R\$ 165 (2024 – R\$ 158), refere-se a valores de PIS e COFINS sobre receitas financeiras, questionados judicialmente, atualizados monetariamente pela taxa SELIC e correspondidos por depósitos judiciais (Nota 8), registrados no ativo não circulante.

11 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 está representado por 66.722.611 ações ordinárias, sem valor nominal (2024 - 37.271.488 ações ordinárias nominativas).

Em 15 de dezembro de 2025, a Assembleia de Acionistas aprovou aumento de capital social, no montante de R\$ 29.451, com a emissão de 29.451.123 novas ações ordinárias, mediante a incorporação dos saldos da reserva legal e das reservas de lucros em 30 de novembro de 2025, respectivamente, nos montantes de R\$ 1.473 e de R\$ 27.978.

b. Reserva de lucros

Reserva legal

Quando aplicável, a reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Em 11 de dezembro de 2025 foi aprovado o aumento de capital social mediante a incorporação do saldo da reserva legal em 30 de novembro de 2025 (Nota 11(a)).

c. Distribuição de dividendos

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo obrigatório de 12% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Durante o exercício de 2025, a diretoria propôs a distribuição de dividendos no montante de R\$ 2.467, os quais serão pagos aos acionistas durante os anos-calendário de 2026, 2027 e 2028. O Estatuto da Companhia autoriza previamente a distribuição de dividendos conforme o proposto pela administração.

12 Despesas gerais e administrativas

| | 2025 | 2024 |
|---|--------------|---------------|
| | | Reapresentado |
| Serviços prestados | (174) | (179) |
| Aluguel de imóveis | (153) | (153) |
| Pró-labore | (94) | (94) |
| Compartilhamento da estrutura do Grupo (Nota 14(c)) | (92) | (294) |
| Demandas judiciais | (22) | (66) |
| Outras | (43) | (9) |
| | <u>(578)</u> | <u>(795)</u> |

13 Imposto de renda e contribuição social

Os encargos do imposto de renda e da contribuição social foram calculados com base no lucro real. Em 31 de dezembro de 2025, a taxa efetiva dos tributos difere da taxa nominal, principalmente pela: a adição de despesas não dedutíveis para fins fiscais no valor de R\$ 39 (2024 – R\$ 100); a exclusão do resultado de equivalência patrimonial no valor de R\$ 11.393 (2024 – R\$ 3.518); além da redução de 30% da base tributável pelo aproveitamento de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social existentes. No exercício de 2024, entretanto, não foram apuradas bases positivas para esses tributos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía, em seus registros fiscais, prejuízos a compensar relacionados ao imposto de renda, no montante de R\$ 3.473 (2024 – R\$ 3.629), e bases negativas de contribuição social, no montante de R\$ 3.473 (2024 – R\$ 3.629), ambos não reconhecidos contabilmente em função da incerteza da necessidade de utilização desses créditos nos próximos exercícios.

14 Saldos e transações com partes relacionadas

a) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração está representado pelos diretores, cuja remuneração anual paga ou provisionada corresponde ao pró-labore e aos salários e encargos, no montante de R\$ 108 (2024 - R\$ 144). Os salários e encargos são atribuídos a companhia por meio de compartilhamento de despesas.

b) Dividendos a receber

| | 2025 | 2024 |
|-----------------------------|--------------|------------|
| Salvador Shopping S.A. | 860 | - |
| JCPM Trade Center S.A. | 380 | 288 |
| Total | 1.240 | 288 |
| Ativo circulante | 667 | 288 |
| Ativo não circulante | 573 | - |

c) Contas a receber com partes relacionadas

A Companhia é parte integrante de um grupo de empresas, denominado Grupo JCPM, que atua de forma integrada e os benefícios das estruturas operacional e administrativa são atribuídos a cada empresa, segundo a razoabilidade das suas operações (Nota 12).

As contas a pagar a empresa ligada, JCPM Shopping S.A., no valor de R\$ 10 (2024 – R\$ 35), referem-se à parcela em aberto que cabe à Companhia no compartilhamento das estruturas operacional e administrativa do grupo econômico no qual está inserido.

d) Dividendos a pagar

Conforme apresentado na nota 11(c).

15 Contingências

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia, com base em informações de seus assessores

jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

* * *